

TERMO DE REFERÊNCIA

Aquisição de CBUQ

SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA

1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1.** O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ – Faixa C (camada de rolamento), destinado à execução de serviços de pavimentação, manutenção, conservação e reparo das vias públicas do Município de Campo Largo/PR, a ser contratado por meio de Pregão Eletrônico, pelo prazo de vigência de 12 (doze) meses, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 1.2.** O objeto caracteriza-se como bem comum, nos termos do art. 28, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, razão pela qual é adotado o critério de julgamento pelo menor preço por tonelada, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
- 1.3.** O objeto não se enquadra como bem de luxo, conforme art. 38 do Decreto Municipal nº 316/2023.

CÓDIGO	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNI	VALOR TOTAL
153	619005	Contratação de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente).	TONELADA	16.500	R\$450,00	R\$7.425.000,00

- 1.4.** Os bens desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.



1.5. Ressalta-se que a presente contratação se dará mediante **contrato administrativo**, com quantitativos previamente definidos, não se tratando de contratação sob o sistema de Registro de Preços.

1.6. Não há catálogo eletrônico de padronização para o presente objeto.

2.FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade atender à execução das obras de pavimentação e recapeamento asfáltico previstas na fase 2 do Planejamento Municipal de Infraestrutura Viária, contemplando os bairros Jardim Tropical, Aparecida, Águas Claras, Jardim Florestal e Partenope, conforme programação estabelecida por esta Secretaria Municipal.

As referidas intervenções estão inseridas no planejamento estratégico da Administração Municipal e serão viabilizadas por meio de recursos oriundos de operação de crédito firmada junto ao Banco do Brasil, destinados especificamente à execução de obras de infraestrutura viária, garantindo a ampliação, modernização e melhoria da malha viária urbana.

Importante destacar que a licitação anteriormente realizada, formalizada por meio do Contrato nº 86/2026, foi estruturada com a finalidade de atender demandas emergenciais e a execução de emendas parlamentares impositivas, possuindo quantitativo já comprometido com tais finalidades, não sendo suficiente para absorver as demandas decorrentes dos projetos ora previstos.

Nesse contexto, verifica-se que a presente contratação possui objeto, finalidade e destinação distintos, estando diretamente vinculada à execução das obras planejadas no âmbito da fase 2 do planejamento municipal, o que justifica a necessidade de instauração de novo procedimento licitatório, com quantitativos próprios e adequados à execução dos referidos projetos.

Ademais, a contratação do fornecimento de Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ – Faixa C mostra-se indispensável à execução dos serviços de pavimentação e recapeamento asfáltico, sendo insumo essencial para garantir a adequada trafegabilidade, segurança viária e durabilidade das vias públicas.

Importante destacar, ainda, que a presente contratação observa o entendimento jurídico consolidado no âmbito do Poder Judiciário, conforme decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0064988-38.2025.8.16.0000, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a qual reconheceu que a realização de licitação específica para contratação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, por meio de contrato administrativo, não configura afronta ou burla a eventual suspensão de certame anteriormente realizado sob a sistemática de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Referida decisão esclarece que o Sistema de Registro de Preços constitui procedimento auxiliar, que não obriga a Administração à contratação, tampouco impede a realização de nova licitação com objeto semelhante, desde que observada a modalidade de contratação adequada e respeitados os princípios da legalidade, da eficiência, do interesse público e da seleção da



proposta mais vantajosa.

Dessa forma, a presente contratação encontra-se juridicamente respaldada, administrativa e financeiramente justificada, atendendo ao interesse público, às necessidades da Administração Municipal e às diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021, cuja decisão judicial pertinente integra o presente processo administrativo como documento anexo.

3.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Planejamento e identificação da necessidade:

A necessidade da contratação decorre da programação estabelecida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária para execução de obras de pavimentação e recapeamento asfáltico, contemplando os bairros Jardim Tropical, Aparecida, Águas Claras, Jardim Florestal e Partenope, visando garantir condições adequadas de trafegabilidade, segurança viária e durabilidade da malha viária urbana.

As intervenções encontram-se devidamente previstas no planejamento municipal e serão viabilizadas por meio de recursos oriundos de operação de crédito firmada junto ao Banco do Brasil, destinados especificamente à execução das obras de infraestrutura viária.

3.2. Estudo de viabilidade e definição de requisitos:

Com base no Estudo Técnico Preliminar, foi avaliada a viabilidade técnica, econômica e operacional da contratação, sendo definida como solução mais adequada o fornecimento de Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ – Faixa C (camada de rolamento), conforme especificações técnicas reconhecidas em âmbito municipal e adotadas como referência pelo Município de Curitiba.

Foram estabelecidos requisitos técnicos mínimos indispensáveis à garantia da qualidade do material fornecido, incluindo a realização obrigatória dos seguintes ensaios e controles tecnológicos: equivalente de areia, ensaio Rice, teor de CAP (com variação máxima admitida de 0,3 pontos percentuais), análise granulométrica, determinação de densidades, verificação do índice de lamelaridade ($\leq 20\%$ para brita 0 e brita 1), ensaio Marshall e ensaio de azul de metileno (inferior a 10%).

Exige-se, ainda, que a usina produtora disponha de laboratório próprio ou terceirizado devidamente habilitado, balança rodoviária com aferição válida pelo IPEM/INMETRO, bem como licenças ambientais vigentes da usina de produção e da pedreira fornecedora dos agregados.



3.3. Processo de licitação e execução contratual

Para a implementação da solução definida, será realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por tonelada, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando-se a ampla concorrência, a transparência e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

O procedimento licitatório resultará na formalização de contrato administrativo, com quantitativos previamente definidos, por meio do qual a contratada será responsável pela produção, controle tecnológico e fornecimento do CBUQ, observadas as condições, prazos e padrões de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência.

Ao longo do ciclo de vida do objeto, a execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Administração Municipal, garantindo o atendimento das especificações técnicas, a adequada aplicação dos recursos públicos e a efetiva entrega do material necessário à consecução das obras de pavimentação previstas.

3.4. Seleção e contratação do fornecedor:

O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, em estrita observância às exigências legais, fiscais, trabalhistas, econômico-financeiras e técnicas estabelecidas no edital e no presente Termo de Referência, sendo a contratação formalizada mediante contrato administrativo.

O contrato decorrente do certame terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que mantidas as condições iniciais, demonstrada a vantajosidade para a Administração e atendido o interesse público, assegurando a continuidade do fornecimento do CBUQ necessário à execução das obras viárias.

3.5. Execução do contrato e monitoramento:

Durante a execução contratual, a contratada será responsável pela produção do Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ – Faixa C em usina devidamente licenciada, localizada a uma distância máxima de 40 (quarenta) quilômetros do Parque de Máquinas da Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária.



Compete à Administração Municipal o transporte e a aplicação do material nas vias públicas, conforme a programação definida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados, que verificarão a conformidade da produção, a realização dos ensaios de controle tecnológico, a regularidade do fornecimento e o atendimento às especificações técnicas, sendo aplicado o Instrumento de Medição de Resultados – IMR como ferramenta de avaliação do desempenho contratual.

3.6.Avaliação e manutenção:

O desempenho do pavimento executado com o CBUQ fornecido será avaliado periodicamente pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária, considerando critérios como durabilidade, resistência mecânica e comportamento sob as condições de tráfego a que for submetido.

Sempre que necessário, a Administração Municipal poderá executar serviços de manutenção corretiva ou preventiva, utilizando o mesmo tipo de material especificado neste Termo de Referência, visando à preservação da qualidade, da segurança e da vida útil do pavimento.

3.7.Descarte e renovação:

Ao final do ciclo de vida do pavimento, poderão ser adotadas técnicas de fresagem, reaproveitamento e reciclagem do revestimento asfáltico, em conformidade com a legislação ambiental vigente, normas técnicas aplicáveis e boas práticas de engenharia, possibilitando a reutilização de materiais em novas aplicações, sempre que tecnicamente viável.

Eventual necessidade de continuidade do fornecimento de CBUQ após o término da vigência contratual deverá observar os limites legais aplicáveis, mediante prorrogação contratual, quando cabível, ou pela instauração de novo procedimento licitatório, conforme o interesse público e a legislação vigente.

4.REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para garantir a eficiência, a transparência, a economicidade e a qualidade na aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ – Faixa C (camada de rolamento), deverão ser observados os requisitos técnicos, ambientais, legais e operacionais aplicáveis ao objeto da contratação, conforme disposto neste Termo de Referência, no edital e na legislação vigente.

4.1. Práticas de sustentabilidade



Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos na descrição do objeto, deverão ser atendidos os requisitos estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que couber ao objeto da contratação.

A contratada deverá adotar práticas de gestão ambiental compatíveis com a atividade desenvolvida, incluindo:

- a observância das condições e exigências constantes das licenças ambientais da usina de produção e das demais instalações envolvidas no fornecimento do CBUQ;
- o controle e a mitigação de emissões atmosféricas decorrentes do processo produtivo;
- a destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados, bem como a adoção de práticas de descarte e/ou reciclagem, sempre que tecnicamente viável e em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- o uso eficiente de recursos naturais, observados os princípios da razoabilidade e da viabilidade técnica.

4.2. Condições técnicas do fornecimento

4.3. O material a ser fornecido deverá ser exclusivamente Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ – Faixa C (camada de rolamento), em conformidade com as especificações técnicas municipais e com as normas aplicáveis.

4.4. O fornecimento do CBUQ deverá ser realizado por usina localizada a uma distância máxima de 40 (quarenta) quilômetros do Parque de Máquinas da Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária, no Município de Campo Largo/PR.

4.4.1. O CBUQ é um material produzido e aplicado em temperaturas elevadas, sendo que sua perda térmica durante o transporte compromete diretamente:

- a trabalhabilidade da mistura;
- a adequada compactação;
- a aderência entre camadas;
- a durabilidade do pavimento;
- a qualidade final do serviço executado.

Distâncias superiores podem ocasionar resfriamento excessivo do material, exigindo reaquecimento ou resultando em aplicação fora da faixa técnica recomendada, o que implica:

- risco de retrabalho;
- desperdício de material;



- aumento de custos operacionais;
- prejuízo à eficiência da execução das obras;
- potencial dano ao erário.

A limitação de distância não possui caráter restritivo indevido, mas sim natureza estritamente técnica e operacional, fundamentada na necessidade de preservar a qualidade do pavimento e assegurar a economicidade da contratação, nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, o levantamento de mercado realizado no Estudo Técnico Preliminar demonstrou a existência de número suficiente de fornecedores aptos na região, não havendo comprometimento da competitividade do certame.

Assim, a exigência mostra-se proporcional, razoável e tecnicamente justificada, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência e da economicidade.

4.5. O produto deverá estar disponível para retirada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da emissão da Nota de Empenho ou da solicitação formal da Administração, conforme estabelecido no contrato.

4.6. A produção do material deverá observar padrões de qualidade que assegurem a conformidade com as normas técnicas e ambientais aplicáveis, garantindo a durabilidade, o desempenho e a adequada aplicação do CBUQ nas obras viárias.

4.7. A contratada não deverá possuir inscrição no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011, ou outro que venha a substituí-lo.

4.7.1. A contratada, bem como seus dirigentes, não deverá ter sido condenada por infrações às normas de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil ou ao trabalho em condições análogas às de escravo, em afronta aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988, ao artigo 149 do Código Penal, ao Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (Protocolo de Palermo), bem como às Convenções nº 29 e nº 105 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

4.8. Da exigência de carta de solidariedade



4.9. Em razão da natureza do objeto, consistente no fornecimento de material de consumo, não se aplica a exigência de apresentação de carta de solidariedade, ficando dispensada a aplicação do disposto no art. 41, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Subcontratação

4.10. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.11. A Administração opta por não exigir garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o pagamento condicionado à entrega e aferição do material e o histórico de baixa inadimplência em contratações similares.

A exigência de garantia poderia restringir a competitividade sem trazer benefício proporcional à proteção do erário.

Vistoria

4.12. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de entrega do objeto.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Vigência.

5.1.1.1. O contrato administrativo terá validade de **12 (doze) meses**, contados da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade e observada a legislação vigente.

5.2. Local de entrega:

5.2.1. O fornecimento do CBUQ será realizado na **usina da contratada**, localizada em até **40 km** do Parque de Máquinas da Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária, em Campo Largo/PR. Caberá à contratada proceder ao carregamento do material e à pesagem em balança aferida pelo IPEM/INMETRO, antes e após o carregamento nos veículos da Prefeitura.

5.2.2. Prazo para carregamento do material:



- 5.2.3.** A CONTRATADA deverá disponibilizar o carregamento do Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ – Faixa C no prazo máximo de até 2 (duas) horas, contadas a partir da chegada do caminhão da CONTRATANTE ou por ela autorizado no local de retirada.
- 5.2.4.** O não cumprimento do prazo estabelecido poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.
- 5.2.5.** A contratada deverá manter estrutura operacional compatível com a demanda, de modo a assegurar a continuidade do fornecimento e evitar atrasos que possam comprometer a execução das obras.
- 5.2.6.** O prazo estabelecido visa garantir a eficiência operacional, a economicidade e a continuidade dos serviços públicos de infraestrutura viária.

5.3. Prazo de disponibilização:

- 5.3.1.1.** O produto deverá estar disponível para retirada no prazo máximo de **03 (três) dias úteis** após a emissão da Nota de Empenho pela Administração.

5.4. Condições de fornecimento:

- 5.4.1.1.** O CBUQ deverá ser entregue em conformidade com o **traço Faixa C**, atendendo aos parâmetros técnicos previstos neste Termo de Referência e às normas vigentes, sendo submetido a ensaios de controle tecnológico durante a execução do contrato.

5.5. Fiscalização:

- 5.5.1.1.** A entrega do material será acompanhada por fiscais designados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária, que verificarão a conformidade do produto com as especificações contratuais. Em caso de divergência, o material será rejeitado e considerado não entregue, ficando à disposição do fornecedor.

5.6. Comunicação:



5.6.1.1. A contratada deverá comunicar previamente à fiscalização quaisquer intercorrências que possam afetar a produção ou a disponibilização do material, assegurando a transparência na execução contratual.

5.7. Especificações Técnicas

O Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ – Faixa C (rolamento) a ser fornecido deverá atender integralmente às normas técnicas vigentes e às especificações municipais aplicáveis, observando-se, no mínimo, os seguintes requisitos:

5.7.1. Traço e composição da mistura

- Mistura asfáltica classificada como **Faixa C (rolamento)**.
- Produção em usina de asfalto licenciada e equipada, com controle de qualidade contínuo.

5.7.2. Ensaios e parâmetros obrigatórios

Durante a execução contratual, deverão ser apresentados relatórios e laudos laboratoriais que comprovem a conformidade do material com os seguintes parâmetros:

- Equivalente de areia;
- Rice (massa específica máxima teórica da mistura);
- Teor de CAP (betume) – variação máxima de **0,3 p.p.** entre dosagem e produção;
- Granulometria dos agregados;
- Densidades;
- Lamelaridade dos agregados brita 0 e brita 1 \leq **20%**;
- Ensaio Marshall (estabilidade e fluxo);
- Azul de metileno \leq **10%**.

5.7.3. Estrutura de controle da contratada

- A contratada deverá possuir laboratório próprio ou terceirizado para o controle de qualidade dos insumos e do CBUQ;
- A usina deverá dispor de balança rodoviária de pesagem, com certificado de verificação válido expedido pelo IPEM/INMETRO;



- Deverão ser apresentadas as Licenças Ambientais de Operação da usina e, quando aplicável, da pedreira fornecedora/revendedora dos agregados, acompanhadas dos respectivos Relatórios de Atendimento de Condicionantes – RAC.

5.7.4. Conformidade e rejeição

A Administração reserva-se o direito de rejeitar qualquer carga de material que não esteja em conformidade com as especificações acima ou que apresente divergências nos laudos de controle tecnológico, ficando a substituição sob inteira responsabilidade da contratada.

6. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 6.1.** Considerando que o **Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ – Faixa C** é um material de consumo, as disposições referentes à garantia, manutenção e assistência técnica deverão ser adaptadas à natureza do objeto.
- 6.2.** A contratada deverá garantir, pelo prazo mínimo de **90 (noventa) dias** a contar da data de cada fornecimento, a conformidade do material entregue com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.3.** Caso seja constatado, em qualquer fase da execução contratual, que o material fornecido apresenta vícios, defeitos de fabricação ou não atenda aos requisitos técnicos definidos, o mesmo deverá ser **substituído integralmente pela contratada**, sem ônus adicional ao Município e dentro do prazo fixado pela fiscalização.
- 6.4.** Por se tratar de material de consumo, não se aplicam serviços de manutenção preventiva ou corretiva. A responsabilidade da contratada restringe-se à entrega de um produto conforme as especificações técnicas estabelecidas.
- 6.5.** A contratada deverá disponibilizar canais de comunicação eficientes (telefone, e-mail ou outro meio eletrônico) para atendimento à Administração durante a vigência do contrato, de



modo a possibilitar o pronto esclarecimento de dúvidas e o acompanhamento da produção e fornecimento

7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Qualidade de Material

O objeto deste pregão eletrônico corresponde à aquisição de aproximadamente 16.500 (dezesesseis mil e quinhentas) toneladas de Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ – Faixa C (rolamento).

7.2. Localização da usina:

A usina de produção deverá estar localizada a uma distância máxima de **40 km** do Parque de Máquinas da Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária, situado na Avenida dos Expedicionários, s/nº, Itaqui – Campo Largo/PR. A distância será considerada por trajeto terrestre, observando rotas disponíveis e transitáveis.

7.3. Condições de fornecimento:

O material deverá estar disponível para retirada em até **03 (três) dias úteis** após a emissão da Nota de Empenho. A contratada será responsável pelo carregamento do material e pelas pesagens em balança aferida pelo IPEM/INMETRO. O transporte e a aplicação do material serão de responsabilidade do Município.

7.4. Padrão técnico do material:

O CBUQ fornecido deverá atender exclusivamente ao **traço Faixa C**, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e nas normas aplicáveis.

7.5. Condições de pagamento:

O pagamento será realizado mediante apresentação de nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato, em até 15 (quinze) dias após a entrega, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato administrativo.



8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1.** O contrato será executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133/2021**, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. A fiscalização da execução contratual será realizada por fiscais designados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária, que acompanharão a conformidade do fornecimento do CBUQ – Faixa C, desde a produção até a retirada do material na usina, registrando todas as ocorrências relevantes.
- 8.3.** O acompanhamento será feito por meio do Instrumento de Medição de Resultado – IMR, considerando:
- **Pontualidade:** cumprimento dos prazos de disponibilização do material (máx. 03 dias úteis após a Nota de Empenho);
 - **Quantidade:** atendimento integral às quantidades demandadas;
 - **Qualidade:** conformidade do material com o traço Faixa C e demais especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.
- 8.4.** Em caso de descumprimento das condições estabelecidas, os fiscais deverão notificar a contratada, concedendo prazo para correção. Persistindo a irregularidade, serão aplicadas as penalidades previstas no edital e no contrato.
- 8.5.** Todas as comunicações, ocorrências, notificações e relatórios de ensaios deverão ser registradas no processo administrativo do contrato, compondo o histórico de gestão e fiscalização.
- 8.6.** O gestor do contrato coordenará a consolidação dos relatórios elaborados pelos fiscais técnico e administrativo, elaborando relatório final sobre a execução, a ser utilizado para fins de avaliação de desempenho e decisões futuras sobre prorrogação, renovação ou rescisão contratual.



8.7. As sanções previstas para casos de descumprimento de contrato estão estabelecidas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e serão aplicadas conforme a gravidade da infração, garantido o contraditório e a ampla defesa, podendo ser:

- 8.7.1.** Advertência: Comunicação formal ao contratado para sanar falhas ou descumprimentos contratuais, com aviso de sanção mais severa em caso de reincidência;
- 8.7.2.** Multa: Aplicação de multa pecuniária proporcional ao atraso injustificado, inexecução parcial ou total do contrato, conforme previsto no instrumento convocatório ou contrato. A multa pode ser cumulativa com outras sanções e, se ultrapassar o valor da garantia prestada, o contratado responderá pela diferença;
- 8.7.3.** Suspensão Temporária: Impedimento temporário do contratado de participar de licitações e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 2 anos, em caso de descumprimento grave;
- 8.7.4.** Declaração de Inidoneidade: Em situações de falhas graves, fraudes ou comportamento inidôneo, o contratado pode ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, com descredenciamento no cadastro de fornecedores por até 5 anos;
- 8.7.5.** Rescisão Contratual: Atrasos superiores a prazos estabelecidos (exemplo: 15 dias) ou descumprimento grave podem autorizar a rescisão imediata do contrato, com aplicação de multa e demais sanções legais cabíveis;
- 8.7.6.** Obrigação de Reparação: A aplicação das sanções não exime o contratado da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração;
- 8.7.7.** As sanções devem ser aplicadas garantindo o contraditório e ampla defesa ao contratado, com instauração de processo administrativo específico;
- 8.7.8.** As penalidades devem ser proporcionais à gravidade da infração, observando-se a dosimetria e motivação da decisão.

9. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO



9.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por MARIA FERNANDA LINO DA SILVA e ANA CAROLINA MIRO ELIAS. .

10.FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

- 10.1.** A fiscal técnica do Contrato, a Sra. MARIA FERNANDA LINO DA SILVA, acompanhará a execução do Contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no mesmo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 10.2.** A fiscal técnica do Contrato anotar no histórico de gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 10.3.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscal técnica emitirá notificações à contratada para correção da execução, determinando prazo adequado para a regularização (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).
- 10.4.** Sempre que houver situações que ultrapassem sua competência, a fiscal técnica comunicará imediatamente o gestor do contrato para adoção das medidas necessárias (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- 10.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato dentro dos prazos previstos, a fiscal técnica comunicará o fato de imediato ao gestor (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- 10.6.** A fiscal técnica comunicará também, em tempo hábil, o término da vigência contratual sob sua responsabilidade, com vistas à renovação ou prorrogação, quando cabível (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).



- 10.7.** Durante a execução do objeto, especialmente na fase de recebimento provisório, a fiscal técnica deverá monitorar constantemente a qualidade do **CBUQ – Faixa C** fornecido, podendo requerer à contratada a substituição imediata de materiais em desconformidade.
- 10.8.** A avaliação da execução será apresentada ao preposto da contratada, que deverá apor assinatura no documento, tomando ciência do resultado.
- 10.9.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade do material em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores contratuais, deverão ser aplicadas as sanções previstas no edital e no contrato.
- 10.10.** A avaliação da execução poderá ser realizada em periodicidade diária, semanal ou mensal, a critério da fiscalização, desde que suficiente para aferir o desempenho e qualidade do material fornecido.
- 10.11.** A conformidade técnica deverá ser verificada com base nos documentos da contratada que comprovem a qualidade do material entregue, em consonância com as especificações técnicas deste Termo de Referência e da proposta vencedora, incluindo laudos de ensaios laboratoriais exigidos.
- 10.12.** A fiscalização descrita nesta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por irregularidades, imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. O descumprimento não gera corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes.
- 10.13.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, a fiscal técnica deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, proceder à análise de desempenho e qualidade do material fornecido, em consonância com os indicadores previstos no edital. Tal avaliação poderá resultar em redimensionamento dos



valores a serem pagos à contratada, devendo ser registrada em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 10.14.** A fiscal administrativa do Contrato, Sra. **Ana Carolina Miro Elias**, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as eventuais glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246/2022).
- 10.15.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, a fiscal administrativa atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, sempre que a situação ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246/2022, art. 23, IV).
- 10.16.** A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem a execução do Contrato como um todo e não apenas erros ou falhas eventuais em processos de pagamento ou controle administrativo.

11.GESTOR DO CONTRATO

- 11.1.** O gestor do Contrato será responsável por coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da execução contratual, contendo todos os registros formais no histórico de gerenciamento do mesmo, a exemplo de ordens de serviço, registros de ocorrências, alterações e prorrogações contratuais, elaborando relatórios com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, IV).
- 11.2.** O gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais técnico e administrativo, referentes a todas as ocorrências relacionadas à execução e às medidas adotadas, informando, quando necessário, à autoridade superior as situações que ultrapassarem sua competência (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, II).



- 11.3.** O gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento, registrando eventuais problemas que impeçam o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa em relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, III).
- 11.4.** O gestor do Contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com menção ao desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, bem como às eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VIII).
- 11.5.** O gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão designada, pelo agente ou setor competente, conforme previsto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021 (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, X).
- 11.6.** O gestor do Contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que justificaram a contratação, bem como indicar eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VI).
- 11.7.** O gestor do Contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão, nos termos deste Contrato.

12. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO



- 12.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará a análise do desempenho e qualidade dos materiais fornecidos em consonância com as condições do fornecimento, conforme previsto no item 5.1 deste Termo, e o pagamento ocorrerá sobre a parcela efetivamente executada.
- 12.2.** O pagamento será realizado mediante apresentação de nota fiscal, devidamente aceita e certificada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária de Campo Largo, de acordo com as condições estabelecidas em edital e seus anexos.
- 12.3.** O pagamento será realizado após a aferição da execução do objeto pelo responsável e atestada a sua ocorrência pelo fiscal do Contrato, além de documentos comprobatórios contemplando detalhadamente todos os produtos entregues.

13. LIQUIDAÇÃO

- 13.1.** Para solicitação de pagamento, a CONTRATADA deverá acessar o portal do cidadão: campolargo.atende.net/cidadao - Acessar Autoatendimento > Serviços Destaque > Nota Fiscal para Pagamento e seguir os demais procedimentos informados no arquivo “Protocolo para Pagamento”, anexo, inserindo os documentos abaixo relacionados:
- Nota de empenho;
 - Nota Fiscal / Fatura / Recibo
 - Solicitação de pagamento;
 - Certidão de Débitos relativos e Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - Certidão de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual (Paraná);
 - Certidão Negativa Municipal (Campo Largo/PR);
 - Certidão de Regularidade do FGTS;
 - Outros documentos, conforme a necessidade específica.
- 13.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- O prazo de validade (se aplicável);



- A data da emissão;
- Os dados do contrato e do órgão contratante;
- Período respectivo de execução contratual;
- O valor a pagar; e
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, sem ônus à contratante devido à extrapolação do prazo de pagamento;

13.4. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

13.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



- 13.8.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 13.9.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 13.10.** O CNPJ da contratada constante na nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

14. PRAZO DE PAGAMENTO

- 14.1.** A liquidação e o pagamento serão efetuados no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do protocolo da nota fiscal, devidamente aferida e assinada pelo fiscal, conforme seção anterior.
- 14.2.** No caso de atraso no pagamento por parte da Administração, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data da efetiva quitação, com a aplicação do índice oficial de correção monetária definido na legislação vigente à época do pagamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15. FORMA DE PAGAMENTO

- 15.1.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 15.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 15.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 15.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



15.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Habilitação jurídica (art. 66 da lei nº 14.133, de 2021)

16.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

16.1.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

16.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

16.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da matriz, com averbação no registro correspondente;

16.1.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

16.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

16.3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

16.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da



Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 16.5.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 16.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 16.7.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 16.8.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 16.9.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 16.10.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 16.11. Exigência de Patrimônio Líquido Mínimo**
Para fins de habilitação econômico-financeira, será exigido patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
- 16.12.** Considerando que o valor estimado da contratação é de R\$ 7.425.000,00 (sete milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil reais), o valor exigido de patrimônio líquido mínimo será de **R\$ 742.500,00 (setecentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais)**, correspondente a 10% do valor estimado da contratação.
- 16.13.** A exigência está fundamentada no art. 69, I, da Lei nº 14.133/2021, e justifica-se diante do porte da contratação, da vinculação a recursos de operação de crédito, da necessidade de confiabilidade e da mitigação de riscos de inadimplemento contratual.

16.14. Índices Econômico-Financeiros Exigidos



Para comprovação da boa situação econômico-financeira da empresa, deverão ser apresentados os seguintes **índices contábeis**, extraídos do **Balanço Patrimonial** do último exercício social encerrado:

- **Índice de Liquidez Geral (LG)**

Fórmula:

$$\text{LG} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

Interpretação: Capacidade da empresa de honrar todas as suas obrigações (de curto e longo prazo).

- **Índice de Liquidez Corrente (LC)**

Fórmula:

$$\text{LC} = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

Interpretação: Capacidade da empresa de pagar as dívidas de curto prazo com os recursos disponíveis no curto prazo.

- **Índice de Solvência Geral (SG)**

Fórmula:

$$\text{SG} = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Total}$$

Interpretação: Capacidade de a empresa honrar todas as suas obrigações com o total de bens e direitos que possui.

16.14.1. Justificativa da exigência dos índices econômico-financeiros

A exigência de comprovação de índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) justifica-se pela necessidade de assegurar que a futura contratada possua capacidade econômico-financeira mínima para cumprir as obrigações assumidas no contrato administrativo.

A presente contratação envolve fornecimento estimado de 16.500 toneladas de Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ – Faixa C, com valor estimado de R\$ 7.425.000,00, tratando-se de contrato de execução continuada por 12 (doze) meses, com fornecimento sob demanda e impacto direto na continuidade dos serviços públicos de infraestrutura viária.

Considerando o vulto financeiro da contratação, a essencialidade do objeto para a manutenção da malha viária municipal e o risco de descontinuidade do fornecimento em caso de incapacidade financeira da contratada, mostra-se pertinente a verificação da saúde financeira mínima da empresa licitante.

A exigência dos referidos índices encontra respaldo no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, bem como observa o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná no Acórdão nº 2375/2025, que admite a fixação de índices econômico-financeiros desde que devidamente justificada sua pertinência e proporcionalidade ao objeto contratual.

Os parâmetros estabelecidos não possuem caráter restritivo indevido, mas visam mitigar riscos contratuais, prevenir inadimplementos, evitar paralisação de serviços públicos essenciais e resguardar o erário, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e da segurança jurídica.



16.15. Os índices deverão ser maiores que 1 (um), salvo para microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), caso apresentem justificativas formais ou documentação adicional que demonstre capacidade financeira.

16.16. Forma de Comprovação

A comprovação dos índices será feita por meio da apresentação do:

- Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social encerrado (já exigíveis), devidamente registrados na Junta Comercial ou órgão competente.
- Para ME ou EPP, será admitida a apresentação do balanço na forma simplificada, conforme o art. 3º da LC nº 123/2006.

Os cálculos dos índices deverão estar destacados, e poderão ser conferidos pela Administração. Em caso de dúvida, a licitante poderá ser convocada a apresentar memória de cálculo, planilhas auxiliares ou esclarecimentos.

Qualificação econômico-financeira

16.17. Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, o licitante deverá apresentar:

16.18. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do art. 69, caput, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

16.19. O proponente cuja sede seja Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara ou São José dos Pinhais deverá apresentar a certidão negativa de processos falimentares da comarca de Curitiba-PR.

16.20. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial ou órgão competente, que evidenciem a boa situação financeira da empresa, podendo ser



apresentados na forma simplificada para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a Lei Complementar nº 123/2006;

16.21.DO REAJUSTE

16.22. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado da contratação.

16.23. Após o interregno de 01 (um) ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.24. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.25. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.26. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.27. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.28. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Qualificação técnica

16.29. A licitante deverá comprovar capacidade técnica e regularidade ambiental para fornecimento do Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ – Faixa C, mediante apresentação dos seguintes documentos:

16.30. Certidão de registro no CREA/CAU da empresa e de seu responsável técnico;

16.31. Comprovação de possuir laboratório próprio ou terceirizado devidamente equipado para controle de qualidade dos insumos e do CBUQ;



- 16.32.** Comprovação de possuir balança rodoviária de pesagem, com certificado de verificação válido expedido pelo IPEM/INMETRO;
- 16.33.** Licença de Operação da Usina de Asfalto e, quando aplicável, da pedreira fornecedora/revendedora dos agregados, ambas em plena validade, acompanhadas dos Relatórios de Atendimento de Condicionantes (RAC);
- 16.34.** Cadastro Técnico Federal – certificado de regularidade emitido pelo IBAMA;
- 16.35.** Certidão expedida pelo IAT – Instituto Água e Terra da empresa licitante e da produtora que representa;
- 16.36.** Alvará de funcionamento da empresa licitante;
- 16.37.** Apresentação de laudos laboratoriais que comprovem a conformidade da mistura asfáltica com o traço Faixa C, incluindo:
- Equivalente de areia;
 - Rice (massa específica máxima teórica);
 - Teor de CAP (variação máxima de 0,3 p.p. entre dosagem e produção);
 - Granulometria dos agregados;
 - Densidades;
 - Lamelaridade dos agregados brita 0 e brita 1 $\leq 20\%$;
 - Ensaio Marshall (estabilidade e fluxo);
 - Azul de metileno $\leq 10\%$.

17. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 17.1.** O valor total estimado da contratação é de R\$ 7.425.000,00 (sete milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil reais)
- 17.2.** O valor unitário referencial foi definido em R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) por tonelada de CBUQ – Faixa C, conforme pesquisa de preços anexa ao processo.
- 17.3.** A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado no Mapa de Risco constante deste processo.



- 17.4.** Os orçamentos colhidos junto aos fornecedores não serão mantidos em sigilo, devendo ser disponibilizados aos interessados após a fase de instrução processual e publicação do edital, em conformidade com os princípios da publicidade e da transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.
- 17.5.** A estimativa preliminar do valor da contratação, acompanhada do respectivo preço unitário referencial e com a indicação dos elementos que lhe dão suporte, encontra-se anexa a este Termo de Referência.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.6.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.
- 17.7.** Para atender a esta despesa, será utilizada a seguinte dotação orçamentária ou outra que a venha a substituir:

Ação: 1043 - Conservação de vias recapeadas

Referência: 1558 - Material de consumo

Elemento: 3339030540000 - Material p/manutenção e conservação de estradas e vias

Valor: R\$ 7.425.000,00 (sete milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil reais)

- 17.8.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



Campo Largo, datado e assinado em meio eletrônico.

Assinatura do Gestor do Contrato
Secretário Municipal de Infraestrutura Viária

Assinatura do Fiscal Técnico do Contrato
MARIA FERNANDA LINO DA SILVA

Assinatura do Fiscal Administrativo do Contrato
ANA CAROLINA MIRO ELIAS

